

O desafio de reestruturar a moradia para famílias que vivem em áreas de risco

Matéria publicação no jornal impresso do Diário de Petrópolis no dia 14 de março de 2022.

Notícia

O desafio de reestruturar a moradia para famílias que vivem em áreas de risco

Levantamento do IBGE mostra que 72 mil pessoas vivem em áreas de risco em Petrópolis. Município tem 234 áreas de risco alto e muito alto - 15% do território da cidade



Foto: Fernando Fracão

Jaqueline Ribeiro - especial para o Diário

O temporal que atingiu a cidade no dia 15 de fevereiro, deixando 233 mortos, quatro desaparecidos e quase três mil famílias desabrigadas ou deslocadas trouxe à tona um desafio. Já apontado em diferentes estudos coordenados pelo poder público a necessidade de investimento em programas habitacionais para a realocação de famílias que vivem em áreas de risco. Levantamento feito pelo IBGE em 2018 aponta que 22.893 imóveis existentes em Petrópolis estão em áreas de risco, e que 72.070 pessoas vivem em moradias que não estão seguras. Também são expressivos os valores que fazem parte do Plano Municipal de Redução de Risco de Petrópolis: 234 áreas de risco alto e muito alto, e que correspondem a 18% do território do município. Nestas áreas vivem cerca de 47 mil pessoas.

O mapeamento das áreas de risco feito por uma empresa contratada pela prefeitura teve a primeira etapa concluída há 13 anos. Em 2007, o diagnóstico de áreas de risco e não-inimáveis existentes no primeiro distrito já apontava entre as áreas críticas, localidades aderidas nas quais vidas foram perdidas no último dia 15. Entre essas localidades a Serra da Orlada, onde estão morando 50 pessoas mortas. Em 2017 o levantamento foi ampliado e considerou também dados dos demais distritos. Com isso, desde maio de 2017 o município tem um mapeamento dos cinco distritos (Centro, Caruzinha, Japanez, Pedro do Rio e Pôrto) apontando onde famílias convivem com os riscos de deslizamentos, escorregamentos, desabamentos, inundações, entre outros consequências de desastres naturais.

"Os dados de Petrópolis são assustadores na demonstração de risco para moradia e em mesmo tempo, assustadores na inércia para a solução desta situação. Não podemos pensar em plano de habitação somente com construção de moradas. É possível reduzir riscos com investimento em infraestrutura? Temos corpo técnico que possa ajudar nisso? Outra questão é a falta de perspectiva do petropolitano pobre. O que resta é área de risco. O restante é proibido por proteção ambiental que só é cobrado do pobre porque investimentos grandiosos conseguem autorização com o que chamam de compensação ambiental. Não são temas no orçamento deste ano de 2022 recursos no município voltados para habitação. Sempre dependentes dos projetos de governo Federal ou Estadual, que nem sempre respeitam as características da população, não são construídos de maneira a garantir o mínimo de conforto e qualidade de vida e ainda reduzem os índices sociais, reduzem as pessoas de sua vizinhança, rotina, hábitos", avalia a coordenadora executiva do CDDH, Carla Carvalho.

Engenheiro do CREA: Há importância de planejamento e infraestrutura

O engenheiro do CREA, Luis, Carneiro destaca a importância do planejamento e do investimento por parte do poder público para a minimizar o risco de perdas de vidas humanas na cidade. "Em Petrópolis temos a ocupação desordenada de encostas. É preciso tirar as famílias das áreas de risco. A cidade tem uma geografia muito peculiar e, por isso, antes das construções é necessário avaliar o terreno, se ele está em área de declive, é preciso fazer a contagem e está de fato a construção deve ser feita lá. Se a construção estiver em uma plana, é preciso atenção à drenagem. O projeto precisa estabelecer como será a drenagem para o escoamento da água", explica, lembrando que no caso de construções de unidades habitacionais populares, o poder público precisa dar especial atenção à infraestrutura de serviços.

"É preciso que haja todo um planejamento de infraestrutura, que se pense em escola, atendimento de saúde, que o parte social também seja considerada, pois, sem isso, as pessoas acabam voltando a morar nas áreas de risco. É preciso que haja facilidade no deslocamento, para que as pessoas tenham transporte para o trabalho, por exemplo. Não é apenas construir moradias em locais seguros e colocar as pessoas lá. A infraestrutura é fundamental para que elas permaneçam nestes locais", pontua o engenheiro Luis Carneiro.

Terranos esperam construção de moradias populares há 11 anos

Ao passo que os estudos apontam necessidade de urgência para a realocação de moradores que vivem em áreas de risco, projetos para a construção de moradias populares não saíram na cidade há 11 anos. Há áreas foram desapropriadas com este objetivo em um terreno no bairro Hosieta, em na região de Itaipava/Benfica em no Vale do Paraíba. Em 2011, uma outra área foi desapropriada, desta vez pela prefeitura, na localidade conhecida como Calbu. Semelhante, as unidades previstas para cada um destes terrenos são 1.028 moradias que abrigarem vítimas das chuvas, mas não saíram do papel. Questionada, a prefeitura alega que os terrenos estão sob a responsabilidade do Estado.

O que diz o Estado

A Secretaria de Infraestrutura e Obras do Estado informou que desde 2011 foram construídas em Petrópolis 970 unidades habitacionais para vítimas das chuvas. Foram 776 apartamentos no Viveros Rivetti, 144 no distrito da Pora e 10 imóveis no Vale do Paraíba. Em relação aos terrenos desapropriados após a tragédia em 2011 a Secretaria de Estado informou que os projetos para construções estão sendo revisados. "Os terrenos foram perdidos pela Prefeitura em 2013 para a construção de unidades. Em 2016, acabou sendo pedido novamente os terrenos, para projetos que seriam do Hosieta Casa, Hosieta Vida. Com a descontinuação do programa, o Estado está fazendo o sondagem e topografia para elaborar um projeto habitacional, mas toda a infraestrutura", diz o Estado em nota.

A Secretaria de Infraestrutura e Obras do Estado informou os terrenos fazem parte de um projeto de obras a serem executadas - um total de 1.028 unidades habitacionais em quatro áreas da cidade. O terreno denominado "Calbu" foi adquirido pela Prefeitura de Petrópolis em 2013 por R\$ 2,2 milhões. Ainda segundo o Estado, o chamamento público para a realocação de áreas em risco ocorreu na prefeitura em 2018 para construção de 720 unidades habitacionais. Na semana passada a prefeitura informou que a área na Calbu está sendo novamente avaliada em Estado para a construção de moradas. Uma nova análise está sendo feita no local, em função de questões ambientais.

Em relação aos terrenos de Hosieta, Itaipava/Benfica e Vale do Paraíba, o Estado informou que as áreas foram desapropriadas em 2011 e desde que realizou chamamento público para estas obras em 2011 e 2012 para construção respectivamente de 140, 120 e 40/48 unidades habitacionais. Os chamamentos foram fracos. O Estado informou ainda que em 2013, o prefeito Rubens Bontempo - atual prefeito - solicitou a criação dos terrenos para que a municipalidade construir as unidades habitacionais. O Estado retomou em 2018, onde voltou a fazer chamamento. Entretanto, devido aos distritos e descontinuidade do programa Hosieta Casa/Hosieta Vida (HOSI) estas unidades não foram contratadas", diz o Estado em nota.

O que diz a Prefeitura

A Prefeitura de Petrópolis informou que entre os anos de 2001 e 2008 foram quase 400 unidades habitacionais entregues no Castelo São Inácio (Em Cordeiros), Rua Cora (Quatzenhild), Carangola e Pedras Brancas.

Após a tragédia de 2011, o governo do Estado anunciou a construção de 720 unidades habitacionais no Centro (Comar), 120 no Benfica (Ribeiro), 40 no Castel (Ribeiro) e 101 no Hosieta. Desse total, apenas 50 casas foram construídas até o momento em um terreno doado pela iniciativa privada.

Os terrenos da Hosieta, Calbu e Itaipava/Benfica e Vale do Paraíba são de responsabilidade do Governo do Estado, que os desapropriou.

Com relação ao terreno do Calbu, em Cordeiros, Prefeitura informou que em 2014 fez o primeiro chamamento público para a contratação de empresa que faria a construção das casas. O chamamento aconteceu e a empresa chegou a ser contratada. No entanto, o Ministério do Desenvolvimento Regional (à época chamado de Ministério das Cidades), responsável pela venda para a construção das casas, não deu andamento ao processo. Em 2016, a Prefeitura de Petrópolis fez um segundo chamamento, que também não foi levado adiante pelo governo federal. Em 2018, o município fez novo leilão, também sem sucesso.

Ainda segundo a prefeitura, o déficit habitacional e a ocupação de áreas de risco, algumas habitadas desde os anos 1970/80, são problemas crônicos e históricos em Petrópolis. A prefeitura informou ainda que neste momento, se concentra na assistência aos desabrigados, na demarcação de sites e limpeza dos locais afetados e no acompanhamento das buscas pelos desaparecidos, coordenadas pelo Corpo de Bombeiros.

"Não sabemos que o problema de grande desigualdade social que existe no Brasil impede que as pessoas possam ascender e melhorar de vida, isso é uma realidade. Cabe ao sistema político econômico para mudar tudo isso. As pessoas não moram em áreas de risco não porque elas querem, é simplesmente porque, historicamente, o povo mais pobre desse país não teve a mesma oportunidade de investir que tiveram o poder de alguma forma", pontua o prefeito Rubens Bontempo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário de Petrópolis/RJ